

Identidade e pós-identidade, uma perspectiva queer

Caio Ramos da Silva¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é problematizar a noção de identidade a partir da perspectiva da Teoria Queer, promovendo assim um debate sobre pós-identidade e a superação do conceito clássico de identidade, evidenciando assim certas lógicas que instituem e legitimam certas identidades em detrimentos de outras. Permite-se, assim, investigar esquemas e processos que repercutem na marginalização e na discriminação de sujeitos não legitimados na esfera social em nosso contexto atual. uma realidade ainda bastante comum na atualidade

Palavras-chave: identidade, pós-identidade, Teoria Queer, performatividade, LGBT.

Introdução

A noção de identidade tem contribuição fundamental para o desenvolvimento do pensamento clássico ocidental. No entanto, considerando o contexto da pós-modernidade, a noção de identidade mostra-se insuficiente para descrever a diversidade e multiplicidade humana. As diferentes possibilidades de identificar e designar os sujeitos estão cada vez mais transitórias e instáveis, sendo fragmentadas constantemente em novas identidades. Esse processo de fragmentação caracteriza um deslocamento da noção de identidade e nos leva a questionar a centralidade dessa noção. Desse modo, o objetivo deste trabalho é problematizar a noção de identidade tendo no horizonte de exploração as contribuições da Teoria Queer.

Com os avanços das discussões no campo das ciências sociais, o legado dessa noção de identidade tem provocado dificuldades teóricas no que diz respeito a pensar no sujeito pós-moderno esteja ele em seu contexto histórico-cultural ou em âmbito individual. Uma questão central que surge por consequência é sobre a possibilidade de estabelecer algum tipo de relação entre

¹ Graduado em filosofia e comunicação social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduado em Comunicação Social com ênfase em publicidade e propaganda pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

essas identidades tão rígidas e fixas e sujeitos, relações e estruturas cada vez mais múltiplos e fluidos?

A noção de identidade oriunda do pensamento filosófico clássico, central e essencialista, que nos permite conceituar e classificar as coisas no mundo, coloca-nos em uma posição pouco confortável para entender a multiplicidade e especificidade humanas. Assim, no contexto de discussão pós-moderna, existe um processo de descentramento da noção de identidade (HALL, 2006).

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideias que temos de nós próprios como sujeitos integrados (HALL, 2006, p. 9).

Ao entendermos a noção de identidade na pós-modernidade como constituída em um processo, ou seja, nesse deslocamento que pressupõe movimento e inconstância de definições que lhe são internas, consideramos que existe uma ruptura com definições e modos de conceber a identidade de outros e anteriores contextos históricos.

Para Hall (2006) existem três concepções distintas de identidade e estas estão relacionadas a diferentes períodos e sujeitos históricos. São elas: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. No caso do primeiro, esse sujeito é produto do pensamento moderno, burguês e liberal. Esse homem é aquele que se coloca como centro do mundo em contraposição ao pensamento medieval onde o mundo e o homem orbitavam deus. Essa mudança de eixo no pensamento ocidental foi profunda e não somente estabeleceu o homem como sujeito, uno e capaz de atestar a verdade do mundo (o cogito cartesiano) como também se colocou como um elogio à racionalidade e a individualidade desse mesmo sujeito.

Com o surgimento de novos campos do conhecimento humano, tal como a sociologia, esse homem-sujeito começa a ser entendido como pertencendo a um contexto social. Desse modo, a identidade do sujeito sociológico passa a estabelecer-se na relação desse sujeito com esse contexto. Podemos dizer que, com o surgimento desses novos campos de conhecimento constituíram-se novas modalidades discursivas. E com essas novas modalidades, emergiram

também novas formas de falar do mundo. Com efeito, com o avanço dos estudos no campo social, novos conhecimentos e teorias permitiram uma reconfiguração do estatuto do real. O nascimento da psicanálise, por exemplo, possibilitou estabelecer a sexualidade como objeto de estudo e, com ela, novas formas também de entender o homem.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p.13).

Mas Hall também entende que existe um jogo político que se configura a partir do surgimento dessas novas identidades. Os sujeitos se fragmentam em deslocamentos que inauguram novas possibilidades do ser e estar no mundo e essas novas possibilidades não encontram representações para si na esfera das identidades dominantes e hegemônicas. Esse processo culmina em uma disputa e uma busca por legitimidade, tanto no âmbito coletivo como individual.

Essa discussão constitui-se não somente no plano teórico; ao contrário, a própria discussão teórica está na emergência de eventos diários e reais onde podemos ver o surgimento e acirramento de novos e velhos conflitos entre as identidades estabelecidas e as que querem se estabelecer. Estas últimas são entendidas, assim, como minorias não reconhecidas nas representações identitárias hegemônicas e dominantes. Tal disputa delimita e move a as discussões tanto teóricas quanto políticas no que diz respeito ao conceito de identidade sendo de fundamental importância para tratar de questões que envolvem minorias e sujeitos marginalizados.

Identidade, diferença e representação

A ideia de que a identidade pertence a um indivíduo de modo a constituir e informar sua essência coloca a identidade na posição de instância de verdade desse indivíduo. A minha identidade, a identidade do outro, coloca-se como aquilo que é o mais verdadeiro naquele sujeito. Essa ideia tem contribuído como justificativa para a possibilidade de estabelecer uma única verdade acerca desse

sujeito. Nesse sentido, a identidade põe-se assim como uma noção limitante do sujeito, pois determina desde já as fronteiras do que lhe é permitido ser. Essa noção de identidade essencialista é muitas vezes justificada com base em certas características biológicas ou aparentemente naturais que podem ser atribuídas aos indivíduos; nesse caso, destacando-os como pertencentes necessariamente a um determinado grupo. Considerando agrupamentos de sujeitos em função de suas raças, etnias e credos, limita-se a identidade desses indivíduos àquela característica que supostamente unifica o grupo, eliminando assim a diversidade e a multiplicidade no interior desse grupo. Como diz Woodward (2000, p.15):

O essencialismo pode fundamentar suas afirmações tanto na história quanto na biologia; por exemplo, certos movimentos políticos podem buscar alguma certeza na afirmação da identidade apelando seja à “verdade” fixa de passado partilhado seja a “verdades” biológicas. O corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade – por exemplo, para a identidade sexual.

Na esfera da cultura, onde essas identidades e indivíduos se relacionam, o deslocamento identitário não provoca apenas dificuldades conceituais. Ele origina um questionamento de si mesmo e de pertencimento às mais variadas possibilidades de classificações disponíveis. Assim, se há uma ideia de que podemos fazer “sentido” dentro de uma dessas classificações, a possibilidade de existência de uma diferença irreconciliável do indivíduo com essas categorias estabelecidas é um problema de legitimidade de si próprio. Nesse sentido, torna-se necessário questionar tais classificações, do modo como são construídas e impostas.

Essas classificações ou distinções podem ser entendidas como representações que na sociedade produzem significados com os quais nos identificamos ou não. Esses significados pretendem dar conta daquilo que somos:

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais elas se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2000, p.17).

As identidades são como lugares demarcados nos discursos e sistemas de representações. Definir uma identidade, na esfera social, é estabelecer os limites conceituais de um comportamento e de uma ação. Nesse sentido, atribuir um significado a uma coisa é excluir outras possibilidades de significação. É restringir apontar aquilo que é e aquilo que não é. E, assim, a partir da restrição e da negação que instituímos certas categorias e demarcações no mundo que nos servem assim no processo de designar as coisas. De fato, como escreve Gomes, “diferença é condição para designação” (2001, p.75).

As identidades são construídas na sociedade a partir da linguagem (GOMES, 2001), já que as relações sociais são ordenadas e organizadas na linguagem. Elas, as identidades, também se constituem a partir de relações de contrastes, por sua vez, indicam certos binarismos, como eu/outro, nós/eles, ou seja, a constituição das identidades, justamente, implica alteridade.

A alteridade compõe por contraste as identidades e impõe escopos a elas. Por isso, não submeter a noção de identidade à problematização pode nos levar a aceitar as dicotomias que forjam, no contexto da interação social, a adoção de determinadas posições excludentes, e tomadas como naturais. Essas posições excludentes em um movimento de marginalização social daqueles apontados como os outros.

Guattari e Rolnik (2005) também questiona o conceito de identidade. Para ele, a identidade é referência isso significa que “aponta” e torna identificável o indivíduo e não diz nada da existência desse indivíduo; é somente um modo de classificar segundo certas regras arbitrárias. Para ele, não há uma “unidade evidente da pessoa” (GUATTARI & ROLNIK, 2005). Todas essas instâncias análogas evocadas como equivalentes à identidade do indivíduo como “ego, política da individuação da subjetividade são correlativo de sistemas de identificação os quais são modelizantes.” (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p.47). O processo de produção de sentidos nos indivíduos – a partir de representações engendradas e fabricadas por estruturas hegemônicas, para GUATTARI & ROLNIK (2005), é subjetivação. Mas a subjetivação não é interna ao indivíduo. Ela está no ambiente social, mas é vivida pelos indivíduos em suas existências particulares, no contexto da cultura e das estruturas sociais. Para Guattari (2005), a “representação teórica e ideológica é inseparável de uma práxis social.” (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p. 34). Ela não se constrói ao acaso, de forma

natural ou necessária, segue a lógica do capital e das estruturas alinhadas com ele, por isso, hegemônicas, construindo consensos consequentemente.

Assim, a produção de subjetividades está estreitamente atrelada às estruturas capitalistas, pois elas são um modo de impor certos modos de perceber o mundo. Dito de outro modo, através dessas estruturas produtoras de subjetividades, nossas ações, desejos e percepções são padronizados. Trata-se, então, de um processo construído, de natureza industrial que atravessa as mais variadas instituições sociais, as práticas governamentais, midiáticas e culturais. A comunicação, nesse cenário da produção de subjetividades, aparece como um importante recorte do ambiente social, pois se assujeita à lógica hegemônica e contribui para a manutenção e disseminação desses consensos e representações hegemônicas do mundo.

Nesse sentido, os processos da comunicação, alinhados à lógica hegemônica, promovem e legitimam o que está alinhado a essa lógica como o “normal” e natural – excluindo o outro e o diferente. A segregação subjetiva é, assim, uma condição para as sociedades capitalistas, já que essas não podem prescindir desses mecanismos de construção de contrastes e desigualdades. A subjetividade é, portanto, produto da injeção de representações que produzem essa subjetividade e falseiam a natureza do sujeito. Esse processo, porém, se dá tanto no íntimo do sujeito, quanto nas suas representações em âmbito coletivo e nas instituições mais tradicionais (como o trabalho, família, etnia) ou, ainda, em escalas internacionais do sistema capitalista. Embora não se possa dizer que a produção de subjetividade esteja centralizada nesse indivíduo, ela está na relação desse indivíduo com essas estruturas sociais e em uma multiplicidade de agenciamentos sociais.

Quando vivemos nossa própria existência, nós a vivemos com as palavras de uma língua que pertence a cem milhões de pessoas; nós a vivemos com um sistema de trocas econômicas que pertence a todo um campo social; nós a vivemos com representações de modos de produção totalmente serializados. No entanto, viveremos e morreremos numa relação totalmente singular com esse cruzamento. (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p.80)

A linguagem impõe certos consensos que determinam a vida em sociedade. Esses consensos também permeiam a produção de identidades: eles têm como condição certa unidade que implica a construção de universais que

corresponderiam a tipos humanos. Porém, não existe a negritude em si ou a homossexualidade em si, por exemplo. Esses termos somente existem por um consenso social na tentativa de definir, unificar e padronizar determinados comportamentos e sujeitos. Contribuindo assim para o processo de marginalização social:

Os processos de marginalização atravessam o conjunto da sociedade. De suas formas terminais (como prisões, manicômios, campos de concentração) às formas mais modernistas (o esquadramento social), esses processos desembocam numa mesma visão de miséria, de desespero e de abandono à fatalidade (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p. 88).

Enquanto devires, essas formas e processos múltiplos que perpassam o indivíduo colocam-se como possibilidades de singularização. A singularização é justamente uma possibilidade de produzir rupturas com as “estratificações dominantes” (GUATTARI & ROLNIK, 2005) e assim provocar a pluraridade e multiplicidade nessas estratificações.

Ao reivindicar uma noção unificante de identidade, os indivíduos na sua busca por legitimação inscrevem seus diferentes processos dentro da mesma lógica que produz representações dominantes recalcando as múltiplas possibilidades do devir. A resistência aqui consistiria em embarcar nos processos de diferenciação de todas essas figuras, pois com isso é o próprio falocentrismo que estaríamos desinvestindo. São justamente esses processos que a gente poderia chamar, citando GUATTARI & ROLNIK (2005), de devir-mulher: devir-mulher do homem, devir-mulher da mulher, enfim, devir-mulher da sociedade (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p. 94).

Existe uma multiplicidade de fluxos, devires sujeitos e suas relações sociais. O devir é a própria possibilidade de escapar desses modelos hegemônicos e consensuais da sociedade. e elementos que atravessam os sujeitos.

Descenramentos do sujeito

Quando Stuart Hall (2006) descreve o processo de “formação” do sujeito pós-moderno, ele distingue diferentes processos causadores dos deslocamentos

que caracterizam essa noção na pós-modernidade. Hall aponta que esses deslocamentos são descentramentos no próprio discurso do conhecimento moderno que colaboraram com a fragmentação do sujeito soberano do iluminismo.

O primeiro desses descentramentos foi a releitura da ideia de sujeito histórico marxista. Segundo essa releitura, o sujeito apenas seria agente de transformação dentro das condições que lhe são dadas. Com isso, há um deslocamento da noção de sujeito como agente universal, já que ele está atrelado às condições materiais, culturais e históricas que lhe foram passadas.

O segundo grande descentramento da identidade é em relação a Freud e sua descoberta da sexualidade e do inconsciente. A ideia freudiana de inconsciente incompatibilizaria a ideia de sujeito racional totalmente ciente de si e sua identidade. A identidade, desse modo, não nasce da certeza de si iluminista e sim de processos interiores e ocultos à consciência do indivíduo.

O terceiro momento de descentramento é o trabalho de Ferdinand de Saussure que deslocaria para a linguagem o entendimento de uma instabilidade dos significados das coisas do mundo. Enquanto sujeitos, estamos submetidos às significações que são determinadas no interior das regras da linguagem, e os significados, em sua totalidade, escapam a qualquer tentativa de torná-las estáveis.

O trabalho de Michael Foucault é apontado como o responsável pelo quarto momento de descentramento da identidade. Foucault destaca a noção de um poder disciplinar. Originado das instituições sociais e coletivas, esse poder é responsável por normatizar e regular os sujeitos enquanto indivíduos. Novas instituições surgidas durante o século XIX tais como escolas, hospitais, prisões, impõem uma disciplina controladora da vida e vontade dos indivíduos da modernidade: “[...] quanto mais coletiva e organizada a natureza das instituições da modernidade tardia, maior o isolamento, a vigilância e individualização do sujeito individual.” (HALL, 2006, p. 43).

E o quinto descentramento trata do surgimento dos movimentos sociais e das identidades coletivas, com o nascimento do feminismo. Segundo Hall, apesar de surgido com outros movimentos culturais e sociais no período das revoluções estudantis dos anos 60, o feminismo teve uma contribuição mais contundente na desconstrução das ideias de sujeito estabelecidas.

O feminismo iluminou questões que até então diziam respeito apenas à esfera o privado: questionou o gênero, o papel doméstico e da sexualidade. Esses questionamentos que antes eram de fórum privado estabeleceram-se no campo das disputas políticas.

Com o surgimento de novas bandeiras sociais, houve também a instituição de novas arenas de conflito social. Isso acarretou no deslocamento da importância de movimentos sociais meramente de classes. Dentro deste novo contexto, o sujeito pode ser questionado no interior de uma grande multiplicidade de posições sociais que, como vimos, correspondem a novas instâncias de representações e, conseqüentemente, de identidades. A partir do feminismo principalmente, afirma Hall (2006), cada identidade passou a constituir um movimento social e cultural distinto. Esse processo de fragmentação e descentramento é o que nos leva a questionar a construção e legitimação das diferentes identidades na esfera social.

O queer

Ao interrogar as formas múltiplas das sexualidades humanas, a Teoria Queer permite avanços na possibilidade de questionar a naturalização das identidades heteronormativas estabelecendo, assim, a questão identitária como capital para entender os sujeitos *queer*.

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. *Queer* é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transsexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. *Queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambigüidade, do “entre lugares”, do indecível. *Queer* é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina (LOURO, 2004, p.8).

A Teoria Queer teve origem nos Estados Unidos em meados da década de 1980 por um grupo de pesquisadores bastante diversificado que voltou seu trabalho acadêmico para o estudo da diversidade sexual, alcançando notoriedade a partir de fins do século passado. Abrangendo diversas áreas do conhecimento é fortemente influenciada pela obra de Michel Foucault e

aprofunda as críticas feministas à ideia de que o gênero constitui a essência. Questiona a noção de que a homossexualidade é uma corrupção de um estado essencialmente natural – a heterossexualidade. Esse estado privilegiado da heterossexualidade na sociedade será chamado, pela Teoria Queer, de heteronormatividade. Destacar a heteronormatividade de nossa cultura expõe uma lógica que opera de modo a excluir e marginalizar a todos que não comungam com os modelos padronizantes dessa heteronormatividade.

Historicamente, a Teoria Queer surge como uma maneira de questionar a naturalização das identidades sexuais ao propor uma investigação ainda mais ampla sobre o que constitui a noção de identidade nos sujeitos. Para a Teoria Queer a ideia de identidade que pressupõe unidade e estabilidade é insuficiente. O *queer* quer ser múltiplo e não se assujeitar.

A partir do momento em que grupos homossexuais começaram a se organizar pela busca da afirmação de uma identidade, em meados dos anos 70, questionando lugares legitimados na sociedade, o debate sobre a sexualidade dos indivíduos passa a fazer parte da pauta de debate público. Com isso, o discurso homossexual, tanto quanto o homofóbico, por conseqüência, torna-se visível.

Com um aumento significativo dos grupos ativistas da causa GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais), as diferenças no grupo, que antes era tomada como um todo homogêneo, começam a aparecer. Logo, a identidade gay não pode ser vista como uma única, mas também como plural. Por conseguinte, a ideia de uma identidade manifestadamente unificadora não serve em sentido político ou discursivo à causa GLBT.

Os estudos *queer* nascem assim, preocupados antes em tornar visível e questionar as lógicas que estabelecem uma classificação entre os indivíduos e que impõem o “normal” e, conseqüentemente, o desviante. Desse modo, o *queer* questiona a identidade como um fator limitante dos processos múltiplos dos sujeitos, uma vez que a identidade estabelece o ser e exclui o não ser, o plural, o diverso, o diferente. Para os estudiosos *queer*, portanto, a identidade, entendida como um universal que institui a essência do sujeito deve ser posta em cheque. Desse modo, os estudos *queer* rejeitam, igualmente, os binarismos que colocam a mulher como oposição ao homem, o homossexual por oposição ao heterossexual, uma vez que tais classificações são igualmente construídas.

Considerando tais problematizações, o termo *queer* acabou sendo adotado entre esses estudiosos para designar essa teoria, não apenas pelo seu significado semântico, mas também pela provocação política que representa. Queer é um termo pejorativo que é comumente utilizado para conotar rejeição e deboche aos indivíduos homossexuais e transgêneros. O uso desse termo nesse contexto desafia, transgride e articula assim, uma disposição antinormalizadora capaz de questionar o lugar comum e os modelos socialmente e culturalmente impostos.

Pós-identidade e performatividade

O movimento político em favor das pautas de homossexuais em suas primeiras décadas assumia uma noção de identidade de caráter unificador e padronizador em relação aos sujeitos desse movimento. Ao reivindicar legitimidade para as identidades gays, os ativistas, no entanto, privilegiaram e acabaram por reproduzir a dominância das identidades masculinas também neste âmbito. “Para bissexuais, sadomasoquistas e transsexuais, essa política de identidade era excludente e mantinha sua condição marginalizada.” (LOURO, 2004, p. 34) A repetição, de certo modo, de uma operação análoga à lógica dominante revelava assim a sua insuficiência.

Sem romper com a política de identidade, colocam em discussão sua concepção como um fenômeno fixo, transhistórico e universal e voltam suas análises para as condições históricas e sociais do seu surgimento na sociedade ocidental (LOURO, 2004, p.33).

Considerando os movimentos feministas dos anos 70 e 80, Judith Butler (1990) reconhece que a tentativa de unidade feminina, por parte desses movimentos, se origina em função de uma ação política. Mas essa tentativa de coalizão pressupõe uma identidade igualmente totalizante. A estabilidade dessa identidade fundada na unidade pressupõe a negação de outros arranjos e possibilidades do ser feminino e, por isso mesmo, segundo a autora, é incapaz de perpetrar as transformações e mudanças políticas reivindicadas. O que Butler critica em relação às ideias feministas é a pressuposição da necessidade de demarcação desse território do feminino. Para ela, essa ação reitera a lógica

excludente e opressora de uma sociedade machista e falocêntrica. Seria essa uma reprodução de um modelo consensual que anula as particularidades dos sujeitos que esse modelo tenta unir. Essa noção de mulher, que unifica essa coalizão, demarca os limites do feminino para essas mulheres e é tributária da ideia essencialista de identidade já exposta nesse artigo. A anulação dessas multiplicidades como a da mulher negra, da mulher lésbica, da mulher idosa, e assim por diante, instituem unidades provisórias.

Em outras palavras, a “unidade” do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessa prática é, mediante um aparelho de produção excludente, restringir os significados relativos de “heterossexualidade”, “homossexualidade” e “bissexualidade”, bem como os lugares subversivos de sua convergência e re-significação. (LOURO, 2004, p. 57).

Em função disso, Butler leva seu questionamento mais adiante. Ao se perguntar sobre os limites do feminismo, ela problematiza a noção de identidade a partir da construção dos discursos sobre masculino e feminino.

A heterossexualidade compulsória e o falocentrismo são compreendidos como regimes de poder/discurso com maneiras freqüentemente divergentes de responder às questões centrais do discurso do gênero: como a linguagem constrói as categorias de sexo? “O feminino” resiste à representação no âmbito da linguagem? (BUTLER, 1990, p.3)

Ela entende que, para discutir gênero e, conseqüentemente, identidade é necessário antes entender a relação entre linguagem e as categorias, que a partir dessa linguagem, vão instituir aquilo que é o masculino e o feminino marcando e restringindo os lugares desses sujeitos na sociedade.

Todos os corpos, enquanto inseridos na cultura, são cirurgiados, como diz Bento (2003), por reiterados e contínuos atos de fala, ou seja, pela linguagem que os materializa. A cirurgia de que Bento fala, nada mais é, que a intervenção da linguagem nos corpos. Todos os corpos são nomeados desde o seu nascimento a partir de certas características fisiológicas que determinam, em caráter normativo, um modo de ser, conforme coloca Louro (2004, p. 81): “Não há corpo que não seja, desde sempre, dito e feito na cultura; descrito e nomeado e reconhecido na linguagem, através dos signos, dos dispositivos, das convenções e das tecnologias”. O processo de demarcar as posições dos

sujeitos na sociedade não abrange apenas a sexualidade e o gênero. Essas posições são demarcadas e definidas a partir das marcas que esses corpos carregam. Essas marcas podem ser atribuídas pelos outros ou fabricadas pelo próprio sujeito em função das roupas que veste, o corte de cabelo que usa, a postura corporal, entre outras. Mas as significações dadas a todas essas marcas são nomeadas e distinguidas na cultura, determinando correspondências entre sujeitos e seu pertencimento a determinados grupos sociais.

.....As marcas e expressões desses corpos geram certas expectativas. A mulher grávida ao receber a notícia de seu médico de que o ser que está em sua barriga é uma menina elabora uma determinada representação mental para aquilo que imagina que será sua filha. Assim, quando nos referimos à configuração biológica do sexo/gênero dos sujeitos espera-se que esses corpos atuem em concordância com aquilo que é designado na cultura como constituindo cada um dos sexos/gêneros. Porém, mesmo aquilo que se julga como característica natural dos corpos é, na verdade, operado na relação com a cultura uma vez que os definimos, nomeamos e conceituamos nos termos da linguagem. Butler entende que mesmo as noções e caracterizações da biologia são mediadas pela linguagem, portanto, são igualmente construções sociais.

Os corpos possuem, assim, significados culturais, são assinalados pela linguagem e por isso são atravessados por relações de poder que definem o que é “normal” para esses corpos. A partir desse entendimento, podemos questionar não somente o gênero, como também outras noções relacionadas ao sexo e ao gênero, como a homossexualidade e heterossexualidade. A homossexualidade, a transsexualidade, a bissexualidade são noções importantes para a presente discussão por também atravessarem determinações identitárias dos sujeitos, mas, principalmente, por serem noções que desafiam o discurso dominante, questionando a legitimidade daquilo que teóricos queer chamam de heteronormatividade. Ou seja, há uma hegemonia das identidades heterossexuais e os teóricos queer consideram que essa hegemonia se coloca com um imperativo social excluindo os outros modos de entender gênero, sexualidade e identidade.

A exclusão social é um processo desencadeado pela ausência de representações de certos modos de ser no discurso dominante e, desse modo, indica que o discurso determina as condições de inteligibilidade dos sujeitos na

esfera social. Isto é, podemos apenas pensar em determinados sujeitos e somente podemos pensá-los, de determinadas formas. Os sujeitos não enquadrados na lógica dos discursos dominantes são impensáveis (LOURO, 2004). Não adequar-se às normativas sociais é, em termos práticos, não existir. Como argumenta Butler (2004, p.57):

Quando perguntamos, quais são as condições de inteligibilidade pelo qual o ser humano emerge, pelo qual o ser humano é reconhecido, por que algum sujeito se torna o objeto do amor humano, estamos perguntando sobre condições de inteligibilidade compostas de normas, de práticas, que tornaram-se pressupostas e sem as quais não podemos pensar o ser humano de maneira alguma.

Os sujeitos cujas identidades estão em disputas e em desacordo com as normativas sociais não encontram descrição para si no mundo e, conseqüentemente, ele acaba por habitar um lugar à parte, um lugar não descrito pelas convenções sociais e culturais. Essas convenções constituem um certo regime de verdade e essa verdade impõe certos limites. O constrangimento ou a repressão nascem da força imperativa desse regime de verdade. Estar em desacordo com esse regime acaba tendo implicações íntimas no sujeito: ele não sabe quem é, por não encontrar nas formas identitárias hegemônicas (e consagradas como verdadeiras) uma descrição para si mesmo e suas práticas. Nesse sentido, ele pode ser percebido como desviante.

As marcas do discurso, que operam os corpos, delimitam assim seus espaços normativos na cultura. Elas determinam as condições ontológicas e epistemológicas desses sujeitos, pois colocar-se fora desses espaços é colocar-se em um lugar que não existe. Em consequência disso, a marginalização desses sujeitos desafia a legitimidade do discurso hegemônico provocando conflitos e disputas na esfera social. Desse modo, esses sujeitos são excluídos e tornados invisíveis nas relações sociais.

Perguntei-me então: que configuração de poder constrói o sujeito e o Outro, essa relação binária entre “homens” e “mulheres”, e a estabilidade interna desses termos? Que restrição estaria operando aqui? Seriam esses termos não-problemáticos apenas na medida em que se conformam a uma matriz heterossexual para a conceituação do gênero e do desejo? O que acontece ao sujeito e à estabilidade das categorias de gênero quando o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade é desmascarado, explicitando-se como produtor e

reificador dessas categorias ostensivamente ontológicas?
(BUTLER,2012, p.8).

Por isso, na Teoria Queer as diferentes expressões do gênero e da sexualidade como homossexualidade, bissexualidade e transexualidade ocupam lugar central. Pois essas noções põem em cheque as normativas sociais e os discursos hegemônicos já que elas estão à margem dessas normativas. As identidades enquanto determinações discursivas definem assim, não meramente os espaços dos corpos na cultura, como também a existências desses espaços. A concordância dos sujeitos com os discursos de poder em relação a sua sexualidade garante a inserção desse sujeito em nossa cultura sob a condição de que exista uma coerência ordenada e continua entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

Quando falamos de sexo, partimos da biologia para definir as fronteiras entre o feminino e o masculino que se constituem assim, como ideais. E esses ideais masculinos e femininos residem na expectativa de estabelecer uma coerência entre sexualidade, gênero e desejo. O masculino e o feminino enquanto ideais imanentes a essa coerência e, portanto, unidade, são ficções reguladoras. O gênero é um efeito, assim, dessas ficções: se firmam e se naturalizam através desses atos de fala reiterados, que marcam e determinam os lugares dos corpos na cultura e não apenas e meramente os descrevem. Os gêneros não podem ser assim atribuídos de forma natural, eles não são ontologicamente anteriores aos processos que os constituem na linguagem. O gênero para Butler (20012, p.59):

[...] é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.

Ou seja, para a filósofa o gênero é uma performance pois é uma expressão de certas ações e atos discursivos que representam e reiteram assim o gênero do sujeito. Para ela, então, a identidade de gênero é efeito e não causa de sua expressão. O gênero não pode ser entendido a priori em relação a essa performatividade - mulher e homem são representações, desse modo, dependem ontologicamente do discurso – e não existem de modo objetivo,

universal e anterior: “Não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero. Identidade é performativamente constituída pelas próprias “expressões” que são ditas como seus resultados” (BUTLER, 2004, p.57).

Para Butler é preciso superar a noção de identidade, desconstruir a necessidade de representações estáveis e excludentes que legitimam os discursos da heterossexualidade normativa e que têm como consequência a marginalização sistemática de sujeitos que desviam dessas normativas. Uma possibilidade, para a autora, é tornar visível e revelar essas estruturas e processo para que eles possam ser subvertidos.

O masculino e o feminino devem ser entendidos como devires que atravessam sujeitos, uma construção em andamento em que não se podem determinar os limites. Pensar desse modo implica pensar o gênero como uma prática discursiva aberta a interações e res-significações. O que interessa aqui, para efeitos desse trabalho, é pensar os lugares que se estabelecem no “entre” definições, nos entre lugares e nas fronteiras demarcadas pelo discurso. Esse “entre lugares” pode ser entendido justamente como um não encaixar-se nas categorias discursivas. O entre lugares é aquilo que está no meio do caminho, um trânsito que não cessa e não se determina. A Teoria Queer como perspectiva teórica tem papel fundamental por instrumentalizar a discussão no campo das práticas sociais. A partir de seus estudos podemos problematizar a noção de identidade indivisível e estável, a fim de entender o processo político (e também íntimo) de conflito identitário e de exclusão e discriminação social, entendendo que esse é um processo profundamente alicerçado na construção de categorias da linguagem.

O queer é colocar-se na recusa de todas as formas de normalização, é contestar posições fixas de identidade. É a diferença que não quer ser assimilada a formas e demarcações identitárias. Quer antes problematizar e questionar a legitimidade dessas formas – identitárias – do que ser inclusa. O queer não quer instituir uma nova concepção de identidade, uma nova identidade referência, a Teoria Queer quer problematizar a legitimidade de pressupor que podemos partir dessa noção de identidade para se falar dos diferentes sujeitos na sociedade e dos múltiplos arranjos do ser internos aos sujeitos (LOURO, 2004).

A heterossexualidade está inserida e constituída no binarismo que a opõe à homossexualidade. Ela também corresponde a uma referência da construção

do eu, assim como o masculino/feminino. Esses binarismos forjam a constituição dos discursos dominantes, pois eles excluem, atribuindo um sentido negativo ao outro. A desconstrução dos binarismos teria como consequência revelar o processo de mútua implicação, de interdependência entre os dois termos, já que o outro - a identidade contra-hegêmica - fornece os limites de concepção da identidade dominante.

O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um “dado” anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse “dado” sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo (LOURO, 2004, p.15).

Ao subverter essas normas e regras impostas e reiteradas na esfera social, os sujeitos que se colocam nessa posição de transgressores são, segundo Louro, “os alvos preferenciais das pedagogias corretivas e das ações de recuperação”. (2004, p.16) Enquanto não adequados ao caminho e à direção traçados pela cultura que os interpela, esses sujeitos não serão reconhecidos como tais; de fato, sofreram todo o tipo de ação excludente por parte das mais variadas instâncias, discursos e instituições sociais regidas e engendradas pela matriz heterossexual compulsória. Essa matriz delimita e naturaliza o espaço das possibilidades para as condutas sexuais. São padronizantes e por isso mesmo “fornece(m) a pauta para as transgressões”. (LOURO, 2004, p.17) Aqueles que delas escapam, escapam também da “normalidade”. E ao escapar dessa “normalidade” questionam-na, e desnudam as regras e normas que as impõem.

Por isso, considerando esse deslocamento como ponto de questionamento das identidades dominantes, Louro exemplifica através da figura do travesti a importância de denunciar o mecanismo de construção das identidades: “A visibilidade e a materialidade desses sujeitos parecem significativas por evidenciarem, mais do que outros, o caráter inventado, cultural e instável de todas as identidades” (LOURO, 2004, p. 23).

Considerações finais

O queer, como analisado no transcórre desse trabalho, estabelece, assim, um campo fértil de questionamentos não somente em relação às

sexualidades não-heteronormativas, mas também para entender processos de exclusão de identidades não legitimadas em geral. Nesse sentido, o queer pode configurar um importante aparato conceitual que nos permite interrogar e desconstruir certas lógicas discriminatórias, desestabilizando conceitos e redes de poder que impõem a naturalização de certos discursos aos sujeitos. Discursos esses que limitam e reprimem a possibilidade de outros devires que não aqueles que estão determinados e consagrados nos esquemas hegemônicos.

A importância de pensar essas questões dá-se em um contexto onde vivemos no país que mais mata homossexuais e transgêneros no mundo, segundo Relatório Anual do Grupo Gay da Bahia foram 312 mortes no ano de 2013 e, segundo mesmo relatório, 40% dos assassinatos a transgêneros no mundo foram cometidos no país. Nesse cenário, faz-se mais que necessário buscar esforços para desconstruir representações parciais e negativas, colaborando assim para provocar rupturas nas estruturas dominantes que deslegitimam essas identidades a fim de desfazer preconceitos. Por isso é necessário um crescente envolvimento político de sujeitos (postos à margem social em função desses processos hegemônicos de legitimação) na disputa por direitos civis e reconhecimento social apoiado num questionamento, inclusive teórico, da normatização e hegemonia de certos sujeitos em detrimento de outros.

Referências

BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. In: Labrys, **Estudos Feministas**.n4, ago/dez 2003. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/berenice1.htm>> Acesso em: 05 nov. 2012.

_____. Corpos e próteses: dos limites discursivos do morfismo. Trabalho apresentado no seminário **Fazendo gênero**, 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/B/Berenice_Bento_16.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

GUATTARI & ROLNIK & ROLNIK, F. & ROLNIK, S. **Micropolítica. Cartografias do desejo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho: Ensaio Sobre Sexualidade e Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RELATÓRIO ANUAL DO GRUPO GAY DA BAHIA. Disponível em: <<http://homofobiamata.files.wordpress.com/2014/03/relatc3b3rio-homicidios-2013.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: _____. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.